



MONTES CLAROS - MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES
CLAROS - MINAS GERAIS

Técnico em Enfermagem

EDITAL 002/2024

CÓD: SL-185AB-24
7908433253686

Língua Portuguesa

1. Leitura, compreensão e interpretação de textos de natureza diversa: descritivo, narrativo, dissertativo, e de diferentes gêneros, como, por exemplo, crônica, notícia, reportagem, editorial, artigo de opinião, texto argumentativo, informativo, normativo, charge, propaganda, ensaio, etc.....	9
2. As questões de texto verificarão as seguintes habilidades: identificar informações no texto; relacionar uma informação do texto com outras informações oferecidas no próprio texto ou em outro texto; relacionar uma informação do texto com outras informações pressupostas pelo contexto; analisar a pertinência de uma informação do texto em função da estratégia argumentativa do autor; depreender de uma afirmação explícita outra afirmação implícita; identificar a ideia central de um texto; estabelecer relações entre ideia principal e ideias secundárias; inferir o sentido de uma palavra ou expressão.....	19
3. considerando: o contexto e/ou universo temático e/ou a estrutura morfológica da palavra (radical, afixos e flexões)	22
4. relacionar, na análise e compreensão do texto, informações verbais com informações de ilustrações ou fatos e/ou gráficos ou tabelas e/ou esquemas; 3.3 relacionar informações constantes do texto com conhecimentos prévios, identificando situações de ambiguidade ou de ironia, opiniões, valores implícitos e pressuposições	24
5. Habilidade de produção textual.....	26
6. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua	27
7. As questões de gramática serão baseadas em texto(s) e abordarão os seguintes conteúdos: Fonética: acento tônico, sílaba, sílaba tônica; ortoépia e prosódia.....	29
8. Ortografia: divisão silábica; correções ortográfica	30
9. acentuações gráfica	31
10. Morfologia: estrutura dos vocábulos: elementos mórficos; processos de formação de palavras: derivação, composição e outros processos.....	32
11. classes de palavras: classificação, flexões nominais e verbais, emprego.....	32
12. Sintaxe: teoria geral da frase e sua análise: 8.1 frase, oração, período, funções sintáticas.....	46
13. concordâncias verbal e nominal	49
14. regências nominal e verbal	50
15. crase.....	53
16. colocações de pronomes: próclise, mesóclise, ênclise (em relação a um ou a mais de um verbo).....	53
17. Semântica: antônimos, sinônimos, homônimos e parônimos; Denotação e conotação	54
18. Figuras de linguagem	55
19. Pontuação: emprego dos sinais de pontuação	58

Matemática

1. Sistemas de numeração. Número primo, algoritmo da divisão. Critérios de divisibilidade; Máximo divisor comum (entre números inteiros); Mínimo múltiplo comum (entre números inteiros).....	69
2. Conjuntos Numéricos: operações: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação nos conjuntos numéricos; Propriedades dessas operações; Módulo; Desigualdades; Intervalos.....	76
3. Sistemas de medida.....	87
4. Proporcionalidade: razões e proporções: propriedades; Regra de três simples e composta; Percentagem; Juros simples	91
5. Relações e Funções: relações binárias; Domínio, contradomínio, imagem direta de funções; Gráficos de relações; Funções: definição e representação; Funções crescentes, decrescentes e periódicas; Função inversa. Funções afins, lineares e quadráticas – propriedades, raízes, gráficos	96
6. Exponenciais e Logaritmos: funções exponenciais e logarítmicas; propriedades e gráficos. Mudança de base; Equações e inequações exponenciais e logarítmicas.....	108
7. Trigonometria no triângulo retângulo; Funções trigonométricas: seno, cosseno, tangente, cotangente; propriedades e gráficos; Equações trigonométricas	116

ÍNDICE

8. Sequências: progressões aritméticas: termo geral, soma dos termos, relação entre dois termos, propriedades; Progressões geométricas: termo geral, relação entre dois termos, soma e produto dos termos, propriedades	119
9. Análise Combinatória: princípio fundamental da contagem; Arranjos, permutações e combinações simples e com repetições; Binômio de Newton; Triângulo de Pascal	121
10. Matrizes e Sistemas Lineares: operações com matrizes: adição, subtração e multiplicação; Propriedades dessas operações; Sistemas lineares e matrizes; Resolução, discussão e interpretação geométrica de sistemas lineares	123
11. Geometria Plana: curvas. Ângulos. Triângulos e quadriláteros; Igualdade e semelhança de triângulos. Relações métricas nos triângulos. Círculos e discos; Polígonos regulares e relações métricas; Feixes de retas; Áreas e perímetros.....	133
12. Geometria Espacial: retas e planos no espaço: paralelismo e perpendicularidade entre retas, entre retas e planos e entre planos; Prismas e pirâmides; Cálculo de áreas e volumes; Cilindro, cone, esfera e bola: cálculo de áreas e volumes; Poliedros e relação de Euler.....	138
13. Geometria Analítica: coordenadas cartesianas. Equações e gráficos. Distância entre dois pontos; Estudo da equação da reta: interseções de duas ou mais retas (no plano); Retas paralelas e perpendiculares, feixes de retas; Distância de um ponto a uma reta, áreas de triângulos, circunferências e círculos.	147
14. Números Complexos: módulo, argumento, forma algébrica; Operações com números complexos: adição subtração, multiplicação, divisão e potenciação	152
15. Polinômios: conceitos; Adição e multiplicação de polinômio; Algoritmos de divisão; Fatoração. Equações polinomiais; Relações entre coeficientes e raízes. Raízes reais e complexas; Raízes racionais e polinômios com coeficientes inteiros.....	154
16. Estatística básica: conceito, coleta de dados, amostra; Gráficos e tabelas: interpretação. Média (aritmética simples e ponderada), moda e mediana; Desvio padrão	159
17. Probabilidades: espaço amostral; Experimentos aleatórios; Probabilidades	166

Legislação

1. Lei Orgânica do Município	173
2. Lei Municipal 3.175 de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Montes Claros – MG	199
3. Lei Municipal 3.177, de 23 de dezembro de 2003, que institui o Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Municipal	216

Informática Básica

1. Sistemas operacionais de computadores (Windows e Linux): conceitos, características, ferramentas, configurações, acessórios e procedimentos	221
2. Aplicativos de escritório (Microsoft Office e Libre Office): editor de texto, planilhas, apresentação de slides	246
3. Internet (protocolos, computação em nuvem, equipamentos de conexão, intranet, extranet) e navegadores de internet.....	280
4. Utilização e ferramentas de correio eletrônico (e-mail) e redes sociais	287
5. Segurança e proteção de computador: conceitos, princípios básicos, ameaças, antivírus, vírus, firewall	292

Conhecimentos Específicos Técnico em Enfermagem

1. Assistência de Enfermagem ao paciente crítico adulto e pediátrico	303
2. Organização e limpeza da Unidade do paciente	305
3. Limpeza e desinfecção de materiais equipamentos	307
4. Registros de enfermagem	310
5. Código de ética dos profissionais de enfermagem	325
6. Lei/Decreto de Exercício do profissional de enfermagem	331
7. Anotações de enfermagem	339
8. A Saúde na Constituição Federal.....	339
9. Leis Orgânicas do Sistema Único de Saúde	340
10. Processo de Enfermagem	349
11. Sistematização da Assistência de Enfermagem.....	363
12. Segurança do Paciente.....	365
13. Imunização e papel da equipe de enfermagem.....	365
14. Cuidados de enfermagem na instalação e/ou manutenção de: monitorização não invasiva, drenos, catéteres e sondas vesical, nasogástrica ou nasoentérica, acesso venoso periférico e central, oxigenioterapia, oximetria de pulso. Cuidados com o paciente com fixador externo. Hidratação e dietas por via oral ou por sonda	378
15. Cuidados com o paciente crítico em ventilação mecânica	387
16. Controle de eliminações e ingesta	391
17. Cuidados na administração de medicamentos e soluções vasoativas, trombolíticas, analgesia, sedação e antibioticoterapia. Cálculos de medicamentos e gotejamento de soro	392
18. Medidas de higiene e conforto	402
19. Prevenção e Controle de infecção hospitalar	403
20. Assistência de enfermagem aos pacientes clínicos: com insuficiência respiratória, dor precordial, arritmias cardíacas, síncope, crise convulsiva, crise hipertensiva, hipertermia, dor abdominal, hemoptise, hematêmese, hiperglicemia, hipoglicemia, distúrbios hidroeletrólíticos, hemiplegia, hemiparesia.....	412
21. Assistência de enfermagem na emergência pediátrica clínica.....	481
22. Emergências Psiquiátricas.....	510
23. Acidentes com animais peçonhentos. Intoxicações agudas, intoxicações por álcool e drogas.....	517
24. Doenças Transmissíveis de notificação compulsória tais como: meningite, tuberculose, varicela, sarampo, rubéola, leptospirose e dengue – identificação e cuidados de enfermagem.....	565
25. Oncologia	599

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE NATUREZA DIVERSA: DESCRITIVO, NARRATIVO, DISSERTATIVO, E DE DIFERENTES GÊNEROS, COMO, POR EXEMPLO, CRÔNICA, NOTÍCIA, REPORTAGEM, EDITORIAL, ARTIGO DE OPINIÃO, TEXTO ARGUMENTATIVO, INFORMATIVO, NORMATIVO, CHARGE, PROPAGANDA, ENSAIO, ETC

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar

Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Comentário da questão:

Em “A” o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade. = afirmativa correta.

Em “B” o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis. = afirmativa incorreta.

Em “C” o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições. = afirmativa correta.

Em “D” além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”. = afirmativa correta.

Em “E” este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes. = afirmativa correta.

Resposta: Logo, a Letra B é a resposta Certa para essa questão, visto que é a única que contém uma afirmativa incorreta sobre o texto.

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à

conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS

Ironia

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

Ironia dramática (ou satírica)

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

Humor

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

Exemplo:

**ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE**

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

MATEMÁTICA

SISTEMAS DE NUMERAÇÃO. NÚMERO PRIMO, ALGORITMO DA DIVISÃO. CRITÉRIOS DE DIVISIBILIDADE; MÁXIMO DIVISOR COMUM (ENTRE NÚMEROS INTEIROS); MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM (ENTRE NÚMEROS INTEIROS)

SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL

O sistema de numeração decimal é de base 10, ou seja utiliza 10 algarismos (símbolos) diferentes para representar todos os números. Formado pelos algarismos 0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, é um sistema posicional, ou seja, a posição do algarismo no número modifica o seu valor.

É o sistema de numeração que nós usamos. Ele foi concebido pelos hindus e divulgado no ocidente pelos árabes, por isso, é também chamado de «sistema de numeração indo-arábico».

HINDU 300 a.C	-	=	≡	𑆑	𑆒	𑆓	𑆔	𑆕	𑆖	𑆗
HINDU 500 d.C	𑆗	𑆘	𑆙	𑆚	𑆛	𑆜	𑆝	𑆞	𑆟	𑆠
ÁRABE 900 d.C	1	𐌀	𐌁	𐌂	𐌃	𐌄	𐌅	𐌆	𐌇	𐌈
ÁRABE (ESPANHA) 1000 d.C	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
ITALIANO 1400 d.C	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0
ATUAL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	0

Evolução do sistema de numeração decimal

Características

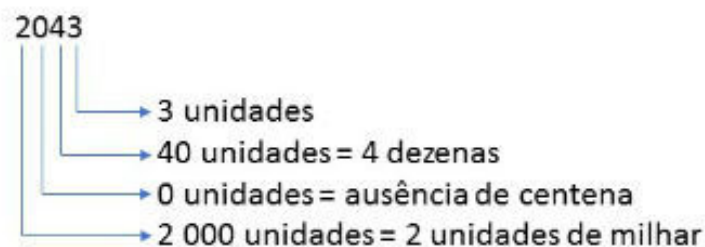
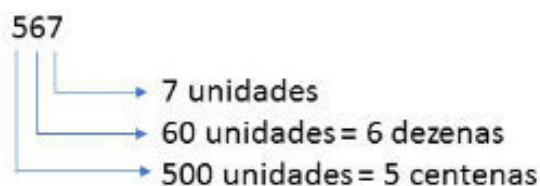
- Possui símbolos diferentes para representar quantidades de 1 a 9 e um símbolo para representar a ausência de quantidade (zero).
- Como é um sistema posicional, mesmo tendo poucos símbolos, é possível representar todos os números.
- As quantidades são agrupadas de 10 em 10, e recebem as seguintes denominações:

10 unidades = 1 dezena

10 dezenas = 1 centena

10 centenas = 1 unidade de milhar, e assim por diante

Exemplos



Ordens e Classes

No sistema de numeração decimal cada algarismo representa uma ordem, começando da direita para a esquerda e a cada três ordens temos uma classe.

Classe dos Bilhões			Classe dos Milhões			Classe dos Milhares			Classe das Unidades Simples		
12ª ordem	11ª ordem	10ª ordem	9ª ordem	8ª ordem	7ª ordem	6ª ordem	5ª ordem	4ª ordem	3ª ordem	2ª ordem	1ª ordem
Centenas de Bilhão	Dezenas de Bilhão	Unidades de Bilhão	Centenas de Milhão	Dezenas de Milhão	Unidades de Milhão	Centenas de Milhar	Dezenas de Milhar	Unidades de Milhas	Centenas	Dezenas	Unidades

Para fazer a leitura de números muito grandes, dividimos os algarismos do número em classes (blocos de 3 ordens), colocando um ponto para separar as classes, começando da direita para a esquerda.

Exemplos

1) 57283

Primeiro, separamos os blocos de 3 algarismos da direita para a esquerda e colocamos um ponto para separar o número: 57. 283.

No quadro acima vemos que 57 pertence a classe dos milhares e 283 a classe das unidades simples. Assim, o número será lido como: cinquenta e sete mil, duzentos e oitenta e três.

2) 12839696

Separando os blocos de 3 algarismos temos: 12.839.696

O número então será lido como: doze milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e seis.

SISTEMA DE NUMERAÇÃO ROMANA

É o sistema mais usado depois do decimal, sendo utilizado para:

- designação de séculos e datas;
- indicação de capítulos e volumes de livros;
- nos nomes de papas e imperadores;
- mostradores de alguns relógios, etc.

Utilizam-se sete letras maiúsculas (símbolos) para designá-los:

Letras	Valores
I	1
V	5
X	10
L	50
C	100
D	500
M	1000

Regras para escrita dos números romanos

01. Se a direita vem um símbolo de igual ou menor valor somamos ao valor dessa.

Exemplos:

$$VI = (5 + 1) = 6$$

$$XXI = (10 + 10 + 1) = 21$$

$$LXVII = (50 + 10 + 5 + 1 + 1) = 67$$

02. Se a esquerda vem um símbolo de menor valor subtraímos do maior.

Exemplos:

$$IV = (5 - 1) = 4$$

$$IX = (10 - 1) = 9$$

$$XL = (50 - 10) = 40$$

$$XC = (100 - 10) = 90$$

$$CD = (500 - 100) = 400$$

$$CM = (1000 - 100) = 900$$

03. Não se pode repetir o mesmo símbolo por mais de três vezes seguidas.

Exemplos:

$$XIII = 13$$

$$XIV = 14$$

$$XXXIII = 33$$

$$XXXIV = 34$$

04. A letra “V”, “L” e a “D” não podem se duplicar, pois as letras “X”, “C” e “M” representam um valor duplicado.

Exemplos:

$$XX = 20(10 + 10)$$

$$CC = 200(100 + 100)$$

$$MM = 2.000(1000 + 1000)$$

05. Se entre dois símbolos quaisquer, existe outra menor, o valor desta pertencerá a letra seguinte a ela.

Exemplos:

$$XIX = 19(X = 10 + IX = 9; 19)$$

$$LIV = 54(L = 50 + IV = 4; 54)$$

$$CXXIX = 129(C = 100 + XX = 20 + IX = 9; 129)$$

06. O valor dos números romanos quando multiplicados por mil, colocam-se barras horizontais em cima dos mesmos.

Exemplos:

$$\overline{M} = 1.000.000$$

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG.

PREÂMBULO

A Constituinte Municipal de Montes Claros (MG), embasada nas disposições do Artigo 29 da Constituição Federal e na participação direta da Sociedade Civil, aprovou e, sob a proteção de Deus, promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

CAPÍTULO I DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Município de Montes Claros organiza-se e rege-se por esta Lei Orgânica e demais leis que adotar, observados os princípios constitucionais da República e do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Todo o poder do Município emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de seus representantes eleitos.

Art. 3º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo Único - São símbolos do Município: a Bandeira, o Braço e o Hino, representativos de sua cultura e história.

Art. 4º Constituem patrimônio do Município todos os bens móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, lhe pertençam.

SEÇÃO II ÁREA E DIVISÃO DO MUNICÍPIO

Art. 5º O Município divide-se em Sede, que lhe dá o nome, tendo a categoria de Cidade, e em Distritos, cuja categoria é a de Vila.

Art. 6º Novos Distritos poderão ser criados e organizados por Lei, após consulta plebiscitária à população diretamente interessada, observada a legislação estadual e o atendimento aos requisitos estabelecidos no artigo 7º desta Lei Orgânica, da mesma forma em que poderão ser suprimidos ou fundidos.

§ 1º A criação do Distrito poderá efetivar-se mediante a fusão de dois ou mais Distritos, que serão suprimidos, sendo pensada, nesta hipótese, a verificação dos requisitos do artigo 7º desta Lei Orgânica.

§ 2º A extinção do Distrito somente se efetuará mediante consulta plebiscitária à população da área interessada.

§ 3º O Distrito terá o nome da respectiva sede.

Art. 7º São requisitos para criação de Distrito:

I - população, eleitorado e arrecadação não inferiores à quinta parte exigida para criação do Município;

II - existência, na povoação da Sede de, pelo menos, 50 (cinquenta) moradias, escola Pública, posto de saúde, posto policial, energia elétrica, serviço de abastecimento de água e telefone.

Parágrafo Único - A comprovação do atendimento às exigências enumeradas neste artigo far-se-á mediante:

a) declaração, emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de estimativa de população;

b) certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de eleitores;

c) certidão, emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição fiscal do Município, certificando o número de moradias;

d) certidão do órgão fazendário estadual e do municipal certificando a arrecadação na respectiva área territorial;

e) certidão, emitida pela Prefeitura ou pelas Secretarias de Educação, de Saúde e de Segurança Pública do Estado, certificando a existência da escola pública e dos postos de saúde e policial na povoação sede.

Art. 8º Na fixação das divisas distritais serão observadas as seguintes normas:

I - evitar-se-ão, tanto quanto possível, formas assimétricas, estrangulamentos e alongamentos exagerados;

II - dar-se-á preferência, para a delimitação, às linhas naturais, facilmente identificáveis;

III - na inexistência de linhas naturais utilizar-se-á linha reta, cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis e tenham condições de fixidez;

IV - é vedada a interrupção de continuidade territorial do Município ou Distrito de Origem.

Parágrafo Único - As divisas distritais serão descritas trecho a trecho, salvo para evitar duplicidade, os trechos que coincidirem com os limites municipais.

Art. 9º A alteração de divisão administrativa do Município somente pode ser feita quadrienalmente, no ano anterior ao das eleições municipais.

Art. 10 A instalação do Distrito far-se-á perante o Juiz de Direito da Comarca, na sede do Distrito.

Art. 11 O território municipal é a área contínua delimitada, nos termos da Lei, compreendendo os seus Distritos, no âmbito da qual se exerce a competência do Município, com a finalidade de atender ao peculiar interesse social.

§ 1º As linhas divisórias intermunicipais e interdistritais basear-se-ão, de preferência, em pontos naturais facilmente reconhecíveis e evitarão, sempre que possível, configurar formas anômalas, estrangulamentos e grandes alongamentos.

§ 2º Na revisão da divisão administrativa municipal, não se fará transferência de qualquer porção de área de um para outro Município, sem prévia consulta às populações interessadas, com resposta favorável, pelo voto da maioria absoluta dos eleitores da área afetada.

TÍTULO II

CAPÍTULO I COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I COMPETÊNCIA GERAL

Art. 12 A competência do Município decorre da autonomia que lhe asseguram as Constituições Federal e Estadual e se exerce especialmente pela:

- I - eleição direta do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;
- II - instituição, decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e aplicação de suas rendas, em prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- III - organização dos serviços locais.

SEÇÃO II COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 13 Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e bem estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar, no que couber, a legislação federal e a estadual;
- III - elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
- IV - criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;
- V - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré escolar e de ensino fundamental;
- VI - elaborar o Orçamento Anual e o Plano Plurianual de Investimentos;
- VII - instituir e arrecadar tributos, bem como aplicar as suas rendas;
- VIII - fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;
- IX - dispor sobre organização, administração e execução dos serviços locais;
- X - dispor sobre administração, utilização e alienação de bens públicos;
- XI - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único dos servidores públicos;
- XII - organizar e prestar, diretamente, ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos locais;
- XIII - planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente na sua zona urbana;
- XIV - estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arreamento e de zoneamento urbano e rural, bem como a legislação urbanística conveniente à ordenação do seu território, observada a lei federal;

XV - conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, prestadores de serviços e quaisquer outros;

XVI - cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento que se tornar prejudicial à saúde, à higiene, ao sossego, ao meio ambiente, à segurança ou aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento;

XVII - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de seus serviços, inclusive à dos seus concessionários;

XVIII - adquirir bens, inclusive mediante desapropriação, quando o interesse público o exigir;

XIX - regular a disposição, o traçado e as demais condições de bens públicos de uso comum;

XX - regulamentar a utilização de logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada dos coletivos;

XXI - fixar os locais de estacionamento de táxis e demais veículos;

XXII - conceder, permitir ou autorizar aumentos de preços para o transporte coletivo urbano e de táxis, fixando as respectivas tarifas;

XXIII - fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXIV - disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais;

XXV - tornar obrigatória a utilização da estação rodoviária para transportes coletivos intermunicipais e ônibus de linhas interurbanas e interestaduais;

XXVI - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXVII - promover a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza, incinerando todo o lixo hospitalar e seus similares;

XXVIII - ordenar às atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais pertinentes;

XXIX - regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXX - prestar assistência nas emergências médico-hospitalares de pronto-socorro, por seus próprios serviços ou mediante convênio com instituição especializada;

XXXI - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao seu poder de polícia administrativa;

XXXII - fiscalizar, nos locais de vendas, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios;

XXXIII - dispor sobre depósito e venda de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXXIV - dispor sobre registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXXV - estabelecer e impor penalidades por infração às suas leis e regulamentos;

XXXVI - promover os seguintes serviços:

a) mercados, cemitérios, feiras e matadouros;

b) construção e conservação de estradas e caminhos municipais;

- c) transportes coletivos estritamente municipais;
- d) iluminação pública.

XXXVII - regulamentar o serviço de carros de aluguel, transporte escolar, transporte especial e o uso de taxímetro;

XXXVIII - assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para defesa de direitos e esclarecimento de situações, estabelecendo os prazos de atendimento.

Parágrafo Único - As normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XIV deste artigo deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

- a) zonas verdes e demais logradouros públicos;
- b) via de tráfego e de passagem de canalizações públicas, de esgoto e de águas pluviais no fundo dos vales;
- c) passagem de canalizações de esgotos e de águas pluviais com largura mínima de dois metros, nos fundos de lotes, cujo desnível seja superior a um metro da frente ao fundo;
- d) uso institucional para a construção de escola, posto policial, posto de saúde e creches.

XXXIX - denominar e identificar, mediante a colocação de placas, as suas vias e logradouros públicos, cabendo ao Executivo Municipal, através do seu setor competente, expedir aos órgãos públicos, empresas estatais e demais entidades locais que possam interessar cópia das leis estabelecidas de tais denominações, tão logo sejam as mesmas publicadas. (Redação dada pela Emenda nº 17, de 12 de junho de 1996)

Art. 14 É da competência administrativa comum, da União, do Estado e do Município, observada a lei complementar federal, o exercício das seguintes medidas:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II - cuidar da saúde e assistência públicas, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- V - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VI - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;
- VII - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
- VIII - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
- IX - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
- X - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR

Art. 15 Ao Município compete suplementar a legislação federal e a estadual no que couber e naquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse.

Parágrafo Único - A competência prevista neste artigo será exercida em relação às legislações federal e estadual no que digam respeito ao peculiar interesse municipal, visando a adaptá-las à realidade local.

CAPÍTULO II DAS VEDAÇÕES

Art. 16 Ao Município é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - recusar fé aos documentos públicos;

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer por jornal, rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou de fins estranhos à administração;

V - manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou serviços públicos;

VI - outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

VII - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

VIII - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

IX - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

X - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

XI - utilizar tributos com efeito de confisco;

XII - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

XIII - instituir impostos sobre:

a) patrimônio, renda ou serviços da União, do Estado e de outros Municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, das cooperativas de prestação de serviço, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei federal;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

XIV - desviar parte de suas rendas para aplicá-las em serviços que não os seus, salvo acordo com a União, o Estado ou outro Município, em casos de interesse comum;

INFORMÁTICA BÁSICA

SISTEMAS OPERACIONAIS DE COMPUTADORES (WINDOWS E LINUX): CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS, FERRAMENTAS, CONFIGURAÇÕES, ACESSÓRIOS E PROCEDIMENTOS

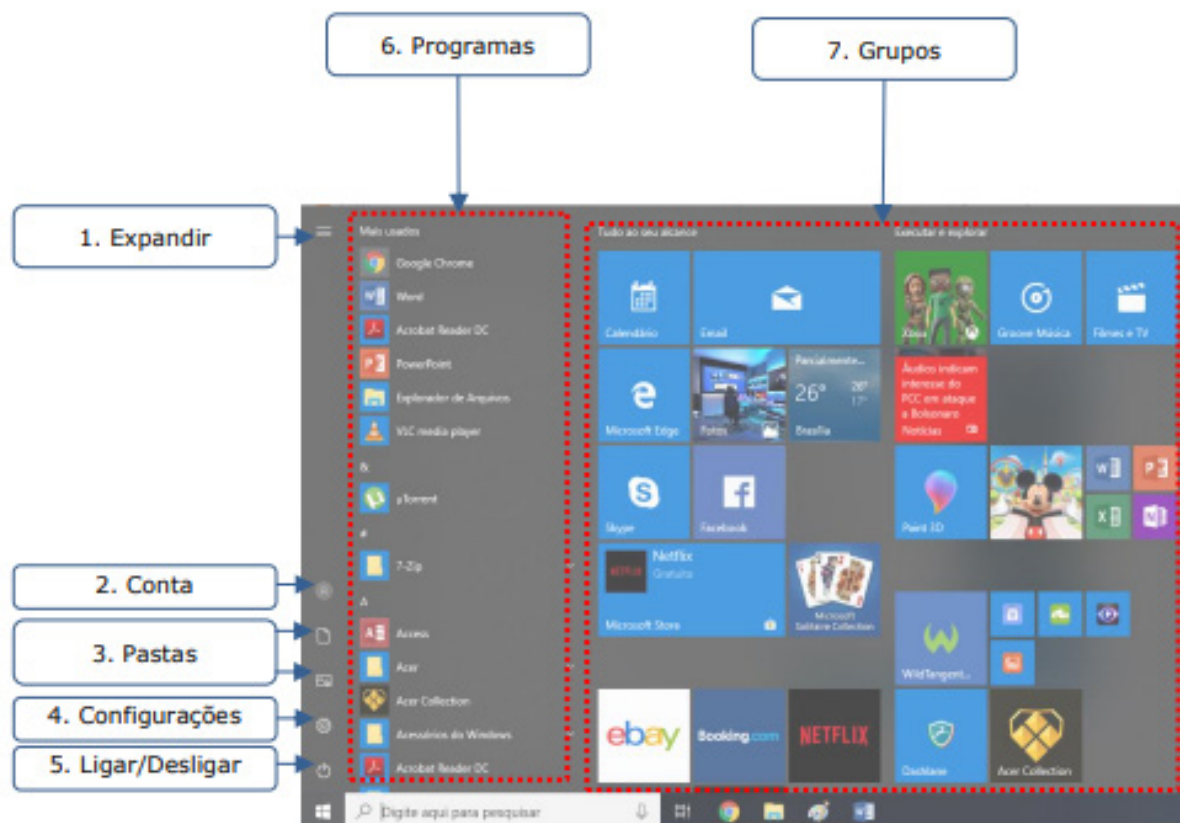
WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

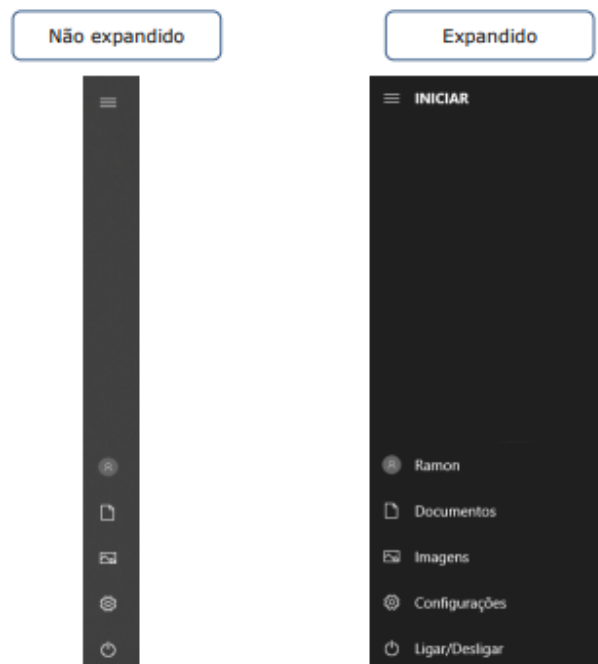
Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



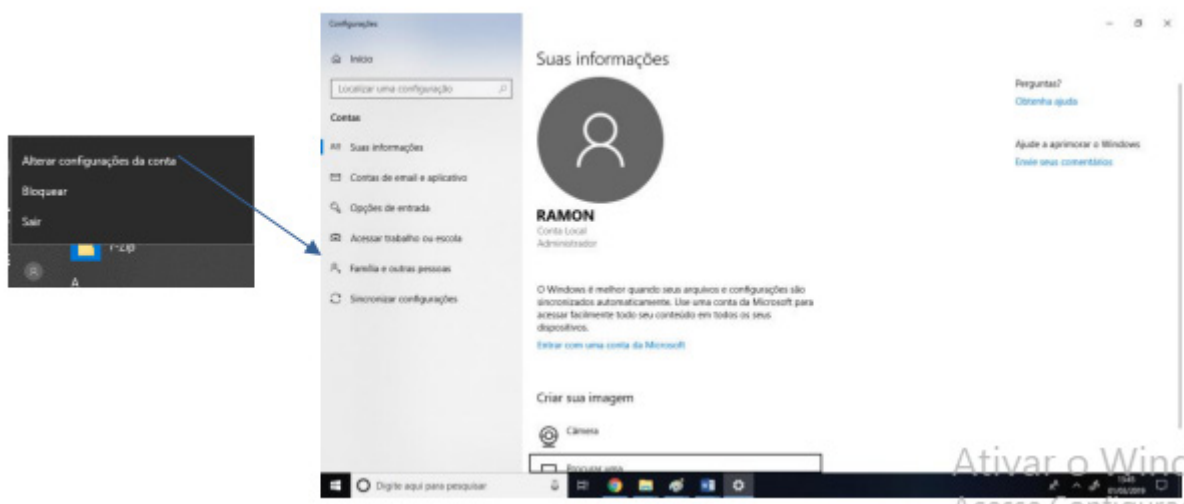
Menu Iniciar

Expandir: botão utilizado para expandir os itens do menu.



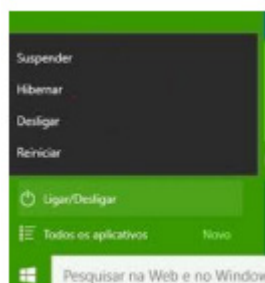
Botão Expandir

Conta: apresenta opções para configurar a conta do usuário logado, bloquear ou deslogar. Em Alterar configurações da conta é possível modificar as informações do usuário, cadastrar contas de e-mail associadas, definir opções de entrada como senha, PIN ou Windows Hello, além de outras configurações.



Configurações de conta

Ligar/Desligar: a opção “Desligar” serve para desligar o computador completamente. Caso existam programas abertos, o sistema não os salvará automaticamente, mas perguntará ao usuário se deseja salvá-los.



Outras opções são:

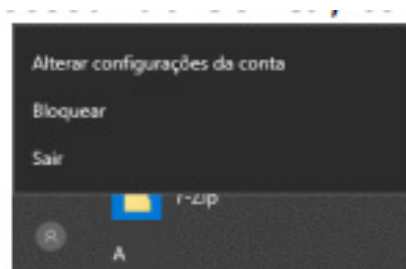
a) Reiniciar: reinicia o computador. É útil para finalizar a instalação de aplicativos e atualizações do sistema operacional, mas, com frequência, não é um processo necessário.

b) Suspender: leva o computador para um estado de economia de energia que permite que o computador volte a funcionar normalmente após alguns segundos. Todas as tarefas são mantidas, podendo o usuário continuar o trabalho.

Em portáteis, o Windows salva automaticamente todo o trabalho e desliga o computador se a bateria está com muito pouca carga. Muitos portáteis entram em suspensão quando você fecha a tampa ou pressiona o botão de energia.

c) Hibernar: opção criada para notebooks e pode não está disponível em todos os computadores. É um sistema de economia de energia que coloca no disco rígido os documentos e programas abertos e desliga o computador. Hibernar usa menos energia do que Suspender e, quando você reinicializa o computador, mas não volta tão rapidamente quanto a Suspensão ao ponto em que estava.

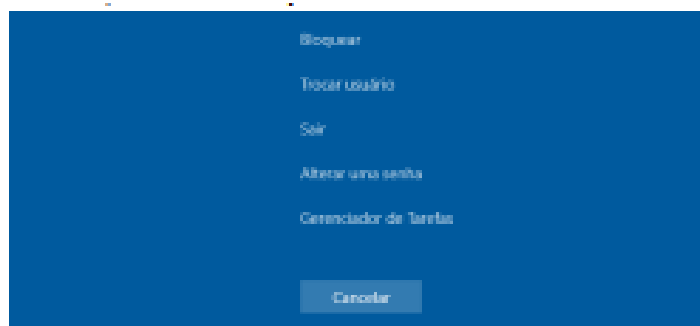
Além dessas opções, acessando Conta, temos:



d) Sair: o usuário desconecta de sua conta, e todas as suas tarefas são encerradas.

e) Bloquear: bloqueia a conta do usuário, mantendo todas as tarefas em funcionamento.

Para trocar o usuário, basta apertar CTRL + ALT + DEL:



f) Trocar usuário: simplesmente dá a opção de trocar de usuário, sem que o usuário atual faça o logoff. Assim, todas as tarefas são mantidas em funcionamento, e quando o usuário quiser, basta acessar sua conta para continuar de onde parou.

Esquemmatizando essas opções:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Técnico em Enfermagem

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE CRÍTICO ADULTO E PEDIÁTRICO

É grande o número de pacientes que exigem cuidados intensivos que nem sempre estes estão restritos nas unidades intensivas e sim em outros setores dos hospitais, como: emergências, enfermarias e ambulatórios.

A assistência ao ser humano unidade bio, físico, social, espiritual, com suas necessidades básicas em seu ciclo saúde-doença-cuidado é objetivo essencial da Assistência de Enfermagem.

Com a simplificação da vida esvaia-se a essência de um ser humano total e individual, de um ser grande relacional. Não há uma preocupação em perceber o indivíduo como um ser dotado de emoções, sentimentos, intuições, espiritualidade, valores, criatividade, desejos e necessidades, mas como um robô que opera ao obedecer a comandos. Referindo-se ao indivíduo doente hospitalizado na maioria das vezes é visto por um número de: registro, leito, maca.

As doenças são apresentadas como um causa-efeito em conjunto com o agente causador e sintomas relacionados. Não se mencionam os fatores psicológicos, sociais, emocionais, ecológicos, energéticos, espirituais e outros tantos que interfere no processo da vida e doença.

Neste sentido, os profissionais de Enfermagem, que lidam diretamente com a vida humana, têm necessidade de desenvolver competências técnicas, pessoais, comunicativas, organizacionais, sócio-políticas entre outras. Com vista, a realizar uma assistência de qualidade.

A equipe de Enfermagem deve ter base de conhecimentos que facilite a capacidade de perceber uma grande variedade de questões, bem como informações altamente definidas e específicas, pois o profissional atual deve ser o mais auto realizado possível: físico, emocional e espiritual a fim de atender os desafios de cuidar daqueles gravemente enfermos.

Médico-intensivista: o médico intensivista é um profissional especializado e dedicado exclusivamente ao atendimento de pacientes internados em UTIs. Possui amplo conhecimento clínico e cirúrgico e é responsável por auxiliar o médico assistente na investigação diagnóstica, controlar as alterações agudas do estado clínico dos pacientes sob sua vigilância contínua (principalmente em casos de intercorrências ameaçadoras à vida) e pela realização de procedimentos complexos emergenciais.

Médico assistente: é o médico que solicitou a vaga do paciente na UTI ou que a família do paciente indicará para acompanhá-lo diariamente, em conjunto com a equipe da UTI e após a alta para o apartamento. É, ainda, o responsável pelos aspectos globais da condução do caso (investigação diagnóstica, plano terapêutico e alta), bem como por informar aos familiares sobre o quadro clínico do paciente.

Enfermeiro: possui formação para atender pacientes de alta complexidade e com grande dependência no leito. É responsável pela supervisão do grupo de técnicos e auxiliares de enfermagem, assim como pela higienização e pelo controle das medicações e prescrições, tendo papel assistencial fundamental.

Técnico de enfermagem: responsável pelos cuidados integrais de enfermagem, incluindo realização de procedimentos de higiene e monitoração dos sinais vitais e administração de medicamentos, sempre sob supervisão de um enfermeiro.

Fisioterapeuta: é responsável, junto com o médico intensivista, pelo suporte respiratório por meio da monitoração dos gases que entram e saem dos pulmões e dos aparelhos utilizados para que o paciente respire melhor. Tem, também, o objetivo de trabalhar a força dos músculos, diminuir a retração de tendões e evitar os vícios posturais que podem provocar contraturas.

Nutricionista: é especializado no diagnóstico e na prescrição nutricional. Diariamente, faz avaliações e mantém o aporte calórico, proteico, glicêmico e vitamínico equilibrado para a manutenção das atividades vitais do organismo.

Psicólogo: todos os aspectos emocionais do paciente, da família e da equipe intensivista são avaliados e observados por esse profissional. Sua presença, principalmente durante as visitas, é fundamental para estabelecer a humanização, a aproximação e o apoio terapêutico necessários.

Fonoaudiólogo: tem como principais objetivos a avaliação, a orientação e a reabilitação da linguagem, deglutição, voz e/ou fala.

Para trabalhar numa unidade de terapia intensiva é necessário entender qual tipo de paciente poderemos encontrar nela. O paciente para ser admitido nessa área de internação precisa ser grave ou de risco, mas com possibilidade de recuperação.

Podemos descrever resumidamente estas duas situações:

- **Paciente Grave:** paciente que apresenta instabilidade de um ou mais sistemas orgânicos, com risco de morte.
- **Paciente de Risco:** paciente que possui alguma condição potencialmente determinante de instabilidade.

Nas duas situações visualizamos clientes em situações críticas de saúde.

Quais são as patologias que mais levam os pacientes a este estado? O que é, de fato, essa situação crítica?

Paciente grave/crítico é aquele que apresenta instabilidade de um ou mais de seus sistemas orgânicos, devido às alterações agudas ou agudizadas, que ameaçam sua vida. O paciente crítico internado numa UTI está numa situação de estresse onde suas necessidades básicas são afetadas.

A equipe de Enfermagem deve ter base de conhecimentos que facilite a capacidade de perceber uma grande variedade de questões, bem como informações altamente definidas e específicas, pois o profissional atual deve ser o mais auto realizado possível: físico, emocional e espiritual a fim de atender os desafios de cuidar daqueles gravemente enfermos.

O objetivo da Assistência de Enfermagem é sempre promover equilíbrio fisiológico e emocional ao paciente. O profissional precisa conhecer e compreender cada vez mais a condição humana e promover o respeito à autonomia e a dignidade de cada um, cuja "dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros" (FREIRE).

A estrutura e equipamentos de atendimento ao paciente crítico/potencialmente crítico deverá constar da interdisciplinaridade e da humanização, com enfoque nas necessidades do usuário, na integralidade assistencial e no respeito à participação efetiva dos diferentes profissionais envolvidos na atenção a paciente crítico/potencialmente crítico. (Ministério da saúde Portaria 1071 de 04/07/2005).

Cuidados de Enfermagem

- A monitorização cardíaca deve ser contínua, com rodízio do local dos eletrodos;
- Deve-se saber diferenciar artefatos de traçados reais;
- Observar alterações de ritmos cardíacos, o sinusal do ritmo não sinusal, e eventual aparecimento de arritmias;
- Realizar balanço hídrico¹, anotando ganhos e perdas, no mínimo a cada 2h;
- Ganhos: medicações, líquidos (VO e EV), dietas e líquidos por sondas, NPP (nutrição parenteral prolongada) e hemoderivados;
- Perdas: diurese, evacuação, débito de drenos, débito de sondas, e as perdas insensíveis (suor, estado febril e vômitos).

Cuidados com Sonda Vesical

- Utilizar sempre sistema fechado (troca de sondas, avaliar sinais e sintomas);
- Fixação adequada: prevenção de fístulas uretrocutâneas e/ou edema uretra interna);
- Homens: anterior do abdome, mantendo a uretra alinhada.
- Mulheres: face interna da coxa.
- Trocar a fixação a cada higiene íntima.

¹ O balanço hídrico permite controlar e adequar o aporte hídrico de acordo com a afecção, evitando assim a sobrecarga volêmica ou desidratação.

- Higienização: 2x ao dia, com água e sabão, e depois do enxague com clorexidina aquosa= diminuir riscos de infecção.

Cuidados com o Paciente em VM/Cânula de Intubação/Traqueostomia

- Higiene oral 3x/dia, previne infecções respiratórias e sepsé no jejum prolongado;
- Observar fixação e posicionamento da cânula endotraqueal, com o objetivo de prevenir a extubação (perdas acidentais) e a ventilação seletiva;
- Aspirações de secreções, mantendo vias aéreas permeáveis sempre que necessário;
- Recomenda-se cânulas com cuff de baixa pressão, diminuindo traumas de traqueia, insuflar lentamente até cessar a saída de ar (ideal pressão de 20cm H₂O);
- Controlar e registrar parâmetros do ventilador;
- Participar do processo de desmame;
- Acompanhar evolução dos exames gasométricos e radiológicos, garantindo uma assistência de enfermagem adequada à evolução do paciente;

Cuidados para a Prevenção de Quedas

- Avaliar todos os pacientes quanto ao risco de quedas:
- Idade inferior a 5 anos e superior a 65 anos;
- Agitação ou confusão;
- Distúrbios neurológicos;
- Utilização de sedativos;
- Na presença de um ou mais desses casos, recomenda-se:
- Manter cama baixa, rodas travadas e grades elevadas;
- Utilizar restrição ao leito SN (consentimento informado);
- Atender prontamente o chamado do paciente;
- Deambulação com auxílio.

Privacidade do Paciente

- Respeitar sua individualidade, sua intimidade, sua privacidade, seus anseios, seus valores, sua cultura, suas crenças;
- Respeitar seus familiares e reconhecer a singularidade de cada um de nós.

Cuidados com a Integridade da Pele

- Mudança de decúbito, para a prevenção de úlceras de pressão a cada 2 h;
- Proteção das proeminências ósseas, com coxins, evitando isquemias nestas áreas de maior pressão;
- Hidratação da pele e massagem de conforto após banho, favorecendo a circulação periférica e consequentemente áreas de maior pressão;
- Utilização de colchões pneumáticos, colchonetes piramidais, porém nada dispensa os cuidados básicos.

Cuidados na Adm. de DVA (Drogas Vasoativas)

- Utilizar sempre que possível, bombas de infusão, pois desencadeiam importantes alterações hemodinâmicas;
- Controlar PA e FC no intervalo máximo de 60 minutos, para que possamos detectar e/ou corrigir alterações hemodinâmicas.

Dopamina:

- Classificação farmacológica: adrenérgico;
- Classificação terapêutica: inotrópico (+) e vasopressor;
- Apresentação: injetável, ampolas de 10 ml com 50mg;
- Diluição recomendada: SG5%=200ml e Dopamina (Revivan) = 50ml= 1mg/ml;
- Farmacodinâmica: estimula os receptores dopadrenérgicos (rim), betadrenérgicos (coração) e alfadrenérgicos (vaso).

Indicações:

- Aumenta o fluxo renal de 1 a 2 mcg/kg/min (dose dopaminérgica);
- Inotrópico de 2,5 a 10 mcg/kg/min e vasopressor >10mcg/kg/min;
- ↑ Débito cardíaco, FC e PA;
- ↑ RVS (resistência vascular sistêmica);
- ↑ Força de contração do VE (ventrículo esquerdo);
- Importante ajustar a volemia antes de administrar a droga;
- Excreção: Urina

Dobutamina:

- Classificação farmacológica: adrenérgico Beta 1;
- Classificação terapêutica: inotrópico;
- Apresentação: injetável, ampolas de 20ml com 250mg;
- Diluição recomendada: SG5%=230ml e dobutamina=20ml = 1mg/ml;
- Farmacodinâmica: estimula os receptores beta 1 adrenérgicos.

Indicações:

- Dose de 2,5 a 10mcg/kg/min, excepcionalmente até 40mcg/kg/min;
- ↑ DC;
- ↓ RVS (pós carga);
- ↓ pressão do VE;
- FC estável;
- Excreção: bile e urina.

Nitroglicerina:

- Classificação farmacológica: nitrato;
- Classificação terapêutica: antianginoso e vasodilatador;
- Apresentação: injetável, ampolas de 5 e 10ml = 5mg/ml;
- Diluição recomendada: SG5%= 240ml e Tridil=10ml=200mcg/ml;
- Farmacodinâmica: ↑ a produção de óxido nítrico com ↓ do cálcio e relaxamento das veias.

Nitroprussiato de Sódio:

- Classificação farmacológica: vasodilatador;
- Classificação terapêutica: anti-hipertensivo;
- Apresentação: injetável, ampolas de 2ml com 50mg;
- Diluição recomendada: SG5%=248ml e Nipride=2ml=200mcg/ml;
- Farmacodinâmica: produz óxido nítrico reduzindo a disponibilidade de cálcio e consequentemente relaxamento da musculatura vascular;

Indicações (subst. Fotossensível):

- Vasodilatação venosa e arterial iniciando com 0,25mcg/kg/min;

- ↓ RVS;
- ↓ Níveis pressóricos, perfusão cerebral e coronariana;
- ↓ pré e pós carga;
- Excreção: renal.

Bitartarato de Norepinefrina:

- Classificação farmacológica: adrenérgico;
- Classificação terapêutica: vasopressor e inotrópico;
- Apresentação: injetável, ampolas de 4ml com 1mg/ml;
- Diluição recomendada: SG5%=150ml e Levophed =16ml=0,1mg/ml;
- Farmacodinâmica: ação vasopressora nos receptores alfa adrenérgicos e efeito inotrópico ação direta nos receptores cardíacos beta 1.

Cuidados na Adm. de Dietas

- Verificar a dieta de acordo com a prescrição;
- Elevar o decúbito 30º para infusão das dietas;
- Testar a posição da sonda antes da adm. indevida da dieta, com risco de aspiração;
- Aspirar a sonda e avaliar resíduo, líquido de estase gástrica. Se retorno ↑ que 50% do volume infundido nas últimas 4 horas, manter a sonda fechada, e testar resíduo após 1h;
- Infundir a dieta lentamente, a fim de evitar distúrbios gastrointestinais;
- Manter por 30 min após a infusão das dietas o decúbito elevado, facilitando a digestão e evitando aspiração;
- Observar ruídos hidroaéreos, distensão abdominal, náuseas, vômitos e diarreias.

ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA DA UNIDADE DO PACIENTE

LIMPEZA DE UNIDADE

Definição: é a limpeza realizada na Unidade do Paciente, pode ser: Limpeza concorrente e Limpeza Terminal.

Limpeza concorrente é feita diariamente após o banho do paciente e arrumação do seu leito. Consiste na limpeza de parte do mobiliário da unidade do paciente.

Limpeza Terminal é a limpeza completa da unidade do paciente, após: Alta, óbito ou transferência

NORMAS

- A limpeza terminal da unidade do paciente deve ser realizada pelo funcionário da enfermagem após alta, transferência ou óbito;
- A limpeza concorrente da unidade do paciente deve ser realizada pelo funcionário da enfermagem uma vez a cada plantão;
- O produto utilizado para a limpeza terminal da unidade deverá ser fenol sintético. No caso da limpeza concorrente, usar álcool a 70%;
- A limpeza do carrinho de banho, carrinho de parada, carrinhos de medicação e de curativo, deverá ser feita uma vez por plantão pela enfermagem, com fenol sintético;
- Os panos de limpeza utilizados na limpeza terminal ou concorrente, deverão ser enxaguados quantas vezes forem necessárias na bacia utilizada para este fim;
- Ao realizar a limpeza concorrente, limpar a unidade com água e sabão, caso estiver suja de sangue ou secreção;